

PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	PRESENTES HOJE E SEMPRE! NOÇÕES DE PUNIÇÃO E JUSTIÇA						
AUTORIA	ISABELLA MARKENDORF MARINS				DISCENTES Nº MÁX.	10	
SUPERVISÃO	ISABELLA MARKENDORF MARINS				DISCENTES Nº MÍN.	6	
REQUISITOS	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE						
PÚBLICO ALVO	REPRESENTAÇÕES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, COMUNIDADE JURÍDICA E SOCIEDADE CIVIL						
CÓDIGO	GRDDIR036 / GRDDIR038 / GRDDIR041	SEMESTRE	2022.2	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Letalidade policial. Noções de justiça. Teoria do Direito. Criminalidade de Estado. Vitimologia						
PROBLEMA	<p>No dia 06 de maio de 2021, os moradores do bairro do Jacarezinho, na região Norte do Rio de Janeiro, ao invés de iniciarem mais uma quinta-feira, foram acordados ao som de tiros e helicópteros policiais. A data ficou marcada como sendo o dia da maior chacina da cidade do Rio de Janeiro, deixando 28 mortos. Apesar de trágicas, essas situações, como as do Jacarezinho, não são raras no cotidiano carioca, afetando os moradores de regiões consideradas violentas e “fábricas de marginais” à luz de uma visão institucionalizada racista e elitista, que faz com que o devido processo legal seja ignorado e a polícia deva buscar “mirar na cabecinha”.</p> <p>O presente trabalho nasce da necessidade de refletir discutir as propostas alternativas de resolução de conflitos de modo mais concreto, sob a ótica dos diretamente afetados pelo cometimento de crimes perpetrados por agentes do Estado, buscando trazer um protagonismo para as vítimas e seus conhecidos, ao abordar as noções de justiça de tais indivíduos e como esses enxergam se o sistema penal brasileiro atende a suas expectativas.</p>						
PRODUTO	Realização de documentário com vítimas de familiares de crimes de Estado e membros de órgãos de Direitos Humanos.						
OBJETIVO	O presente projeto busca dar visibilidade e destacar a importância das noções de justiça para cada familiar e dar voz a esses, de modo a tentar demonstrar que o método de punição vigente não é necessariamente o mais adequado.						
METODOLOGIA	Os encontros terão como objetivo a delimitação do problema objeto do Field Project, a organização dos temas analisados e, em seguida, o acompanhamento e supervisão das tarefas realizadas, quais sejam, a filmagem de entrevistas a serem inseridas e editadas no documentário, para posterior apresentação ao público.						
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.						
	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.						
	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.						
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.						
	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.						
	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.						
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.						
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.					
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.					
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.						
Outras:							
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))							
ATIVIDADE	TEMA						
1	Apresentação						
2	Panorama geral de objetivos						
3	Elaboração de roteiro de entrevista						
4	Distribuição de entrevistas						

5	Convidado
6	Convidado
7	Análise dos produtos
8	Convidado
9	Análise dos produtos
10	Análise dos produtos
11	Convidado
12	Análise dos produtos
13	Concretização do documentário
14	Concretização do documentário
15	Apresentação do documentário
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Participação: 20%, realização de entrevistas 50%, elaboração do trabalho final 40% Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	KELSEN, Hans. O problema da justiça. 2011. São Paulo: Martins Fontes. MARCHIORATTO, Luiz Francisco Barleta. Vitimodogmática, a Vitimologia e o Novo Direito Penal Contemporâneo. Revistas de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR, 1999, vol. 2, no 1. ORNELAS; RIBEIRO; CAMPOS; SOUZA. Sociologia da violência, do crime e da punição. 2020. Editora D'Plácido.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia, et al. Quando existe 'violência policial'? Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. Revista Dilemas. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015, 2015. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; PEREIRA LEITE; Márcia. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? Sociedade e Estado. 2007, v. 22, nº 3, p. 545-591. MBEMBE, Achille. Necropolítica. 2018, n-1 Edições. SANDEL, Michael J. Justiça – O que é fazer a coisa certa. 2020. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 37, p. 79–116, 2016.

